

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.582.593 - PR (2019/0272974-5)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
AGRAVANTE : IRAPURU TRANSPORTES LTDA
ADVOGADOS : ELVIS DE MARI BATISTA E OUTRO(S) - RS060483
SAMUEL RADAELLI - RS064229
AGRAVADO : ESTADO DO PARANÁ
PROCURADOR : CARLA MARGOT MACHADO SELEME E OUTRO(S) - PR021749

DECISÃO

Trata-se de Agravo em Recurso Especial, interposto por IRAPURU TRANSPORTES LTDA, contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que inadmitiu o Recurso Especial, manejado em face de acórdão assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C PEDIDO CAUTELAR DE CAUÇÃO DE BENS – HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – FIXAÇÃO – CRITÉRIOS – REDUÇÃO – OBSERVÂNCIA DO DISPOSTO NO ARTIGO 85, § 2º, INCISOS I A IV, E § 8º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL – APELAÇÃO PROVIDA" (fl. 247e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a e c**, da Constituição Federal, a parte ora agravante aponta, além do dissídio jurisprudencial, violação ao art. 85, §§ 2º e 8º do CPC/2015 sustentando que:

"O julgador com base no artigo 85, §§ 2º e 8º, do CPC, assentiu com as razões da Recorrente, no sentido de que o valor arbitrado a título de honorários advocatícios, é excessivo e desproporcional. Todavia, determinou a redução da quantia arbitrada em sentença de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para R\$ 10.000,00 (dez mil reais), mantendo-se excessivo, nos seguintes termos:

(...)

Data venia, não poderá prevalecer a decisão, no que tange à verba honorária arbitrada, já que ainda há frontal violação ao artigo 85, §2º, do CPC, vez que a demanda é de natureza simples, tramitando na comarca do Recorrido, por meio eletrônico, bem como não demandou grande extensão de provas, muito menos realização de audiência.

Os honorários foram arbitrados com base nos §§ 2º e 8º, os quais determinam que quando não for possível mensurar o proveito econômico ou quando o valor da causa for muito baixo, o juiz fixará

por apreciação equitativa, observando: I. o grau de zelo do profissional; II. O lugar de prestação do serviço; III. A natureza e importância da causa, e IV. o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.

Nessa linha, considerando entendimentos dos tribunais, bem como que a ação restou julgada antecipadamente sem instrução probatória, sendo que o Recorrido apresentou apenas defesa e contrarrazões, o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) ainda se encontra em total desacordo com o determinado no artigo 85, do CPC, estando evidentemente excessivo em relação ao trabalho desenvolvido.

Claro, portanto, que há afronta aos §§ 2º e 8º, do CPC, pois o valor fixado em R\$10.000,00 (dez mil reais), não se encontra de acordo com os referidos dispositivos.

(...)

Consoante dispõe o art. 1.029, § único, do CPC, denota-se que o acórdão recorrido possui entendimento nitidamente oposto ao pacificado no Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, conforme jurisprudência infracolacionada:

(...)

Passa-se à demonstração "das circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados" (cotejo analítico):

(...)

Pelo entendimento jurisprudencial acima colacionada, em caso análogo, em que inestimável o proveito econômico, os honorários restaram arbitrados com base no § 2º, do art. 85, do CPC, em favor do município apelante, no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

No acórdão paradigma, o município apelante postula pela fixação dos honorários sobre o valor da licitação de R\$ 6.250.197,60, contudo, conforme acórdão, referido valor não tratava-se do proveito econômico. Logo, sendo o valor econômico inestimável, a fixação dos honorários deve ser com base no trabalho desenvolvido, nos termos do art. 85, §2º do CPC.

Ademais, cabe ressaltar que no acórdão paradigma, o julgador referiu a fixação dos honorários em R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), em razão da complexidade da causa e trabalho adicional que demandou interposição de agravo de instrumento na fase de conhecimento.

Logo, o valor reduzido no caso concreto, para R\$10.000,00 (dez mil reais), ainda se mostra absurdo, face ao trabalho desenvolvido nos autos, merecendo reforma e redução.

(...)

O presente recurso apresenta também divergência jurisprudencial, no

sentido em que o acórdão recorrido possui entendimento nitidamente oposto ao do Tribunal de Justiça do Espírito Santo.

(...)

Passa-se à demonstração "das circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados" (cotejo analítico):

(...)

Conforme acórdão paradigma, o Estado apresenta recurso de apelação por entender que o valor fixado de honorários, de R\$ 500,00 (quinhentos reais) é irrisório. Entretanto, o julgador considera que a demanda é de baixa complexidade, sendo que o Estado apresentou nos autos três peças, não sendo necessário comparecimento em audiência, logo, compatível a fixação do valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais).

Excelências, o caso concreto em relação aos acórdãos paradigmas, é muito similar, as demandas são de baixa complexidade, foram apresentadas poucas petições no decorrer do processo, o arbitramento dos honorários, em favor da fazenda pública é muito inferior ao fixado no caso concreto.

Nota-se, no paradigma 'a' - fora fixado honorários advocatícios de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), em razão da complexidade da causa e trabalho adicional que demandou interposição de agravo de instrumento na fase de conhecimento. Já no paradigma 'b' - o valor fixado de honorários, de R\$ 500,00 (quinhentos reais), o julgador considerou que a demanda é de baixa complexidade, sendo que o Estado apresentou nos autos três peças, e não foi necessário comparecimento em audiência.

No caso concreto, o julgador considerou a natureza e importância da causa (tratando-se de ação que foi julgado antecipadamente, sem instrução probatória), e o trabalho desenvolvido (o Estado do Paraná apresentou nos autos contestação e contrarrazões), reduzindo os honorários fixados em primeiro grau de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), para R\$ 10.000,00 (dez mil reais), a teor do disposto no artigo 85, §§2º e 8º, do Código de Processo Civil.

Excelências, a fixação da quantia de R\$10.000,00 (dez mil reais) é extremamente desproporcional comparado com o trabalho realizado e os acórdãos acostados, verifica-se que há significativa diferença entre valores.

O que se pretende com o presente recurso, não é desvalorizar o trabalho do procurador, mas adequar o valor dos honorários de acordo com o trabalho desempenhado nos autos. Ademais, o valor fixado é claro enriquecimento ilícito da parte adversa.

Com efeito, observe-se, portanto, que, do cotejo dos votos dos acórdãos paradigmas, se conclui que a solução jurídica adotada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, em caso similar, foi oposta às soluções encontradas pelos acórdãos do Tribunal do Rio Grande do Sul e Tribunal do Estado do Espírito Santo, aqui combatido, o que evidencia a divergência" (fls. 262/267e).

Por fim, requer "seja conhecido e provido o presente Recurso Especial, pelas alíneas 'a' e 'c', inciso III, do artigo 105 da Constituição Federal, para, ao final, reformar a decisão recorrida, reduzindo o valor dos honorários, considerando o todo exposto, com base nos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, pois o valor fixado mostra-se extremante exorbitante" (fl.268e).

Contrarrazões a fls. 299/303e.

Inadmitido o Recurso Especial (fl. 306/307e), foi interposto o presente Agravo (fls. 317/320e).

Contraminuta a fls. 329/331e.

A irresignação não merece conhecimento.

Na origem, trata-se de Ação de obrigação de fazer ajuizada pela parte ora recorrente, com o objetivo de obter certidão positiva com efeito de negativa, a fim de exercer sua atividade econômica. Julgada improcedente a demanda, foi a parte autora condenada ao pagamento das custas e das despesas processuais, mais os honorários advocatícios do Procurador do requerido, fixados em R\$20.000,00 (vinte mil reais).

Inconformado, recorreu o autor, tendo sido reformada a sentença, pelo Tribunal local, somente no que tange ao valor fixado a título de honorários advocatícios.

Daí a interposição do presente Recurso Especial.

Com efeito, a parte recorrente sustenta ser excessivo o valor fixado a título de honorários advocatícios. O Tribunal de origem, soberano na análise do material cognitivo produzido nos autos, reduziu os honorários fixados na sentença para R\$ 10.000,00 (dez mil reais), por considerar ser o valor adequado à hipótese.

Consabido é que, em princípio, descabe ao Superior Tribunal de Justiça revisar valores de sucumbência, fixados nas instâncias ordinárias, tendo em conta que eles são arbitrados em consideração àquilo que se desenvolveu no processo, circunstâncias que não podem ser reavaliadas nesta Corte, nos termos da Súmula 7/STJ.

Todavia, consoante a jurisprudência desta Corte, o óbice da referida súmula pode ser afastado em situações excepcionais, quando for verificado excesso ou insignificância da importância arbitrada, ficando evidenciada ofensa aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, **hipóteses não configuradas nos autos**, em que os honorários de advogado foram fixados em R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Dessarte, não configurada a excepcionalidade exigida pela jurisprudência desta Corte, não se mostra possível a redução dos honorários advocatícios pleiteada pelo recorrente, pois, para a revisão dos honorários fixados pela instâncias ordinárias, seria necessário o revolvimento do quadro fático-probatório delineado nos autos, providência vedada, em sede de Recurso Especial, pela incidência da Súmula 7/STJ.

Nesse sentido, veja-se:

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. OFENSA AO ART. 1.022 DO CPC. INEXISTÊNCIA. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. EXECUÇÃO INDIVIDUAL DE AÇÃO COLETIVA. SÚMULA 345/STJ. REVISÃO DO VALOR FIXADO NA ORIGEM. SÚMULA 7/STJ. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF.

1. A solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente, não caracteriza ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015 (art. 535 do CPC/1973).

2. A Corte Especial, por ocasião do julgamento do REsp 1.648.498/RS, Rel. Min. Gurgel de Faria, representativo de controvérsia, concluiu que a disposição contida no art. 85, § 7º, do CPC/2015 não afasta a aplicação do entendimento consolidado na Súmula 345 do STJ.

3. A jurisprudência do STJ é firme no sentido de que o quantum da verba honorária, em razão da sucumbência processual, está sujeito a critérios de valoração delineados na lei processual. Sua fixação é ato próprio dos juízos das instâncias ordinárias, somente podendo ser alterada em Recurso Especial quando se tratar de valor irrisório ou exorbitante, o que não se configura na hipótese.

4. Dessa forma, modificar o entendimento proferido pelo aresto confrontado implica o reexame da matéria fático-probatória, o que é obstado ao STJ, conforme a sua Súmula 7.

5. A questão referente à redução dos honorários nos termos do artigo 90, § 4º, do CPC não foi objeto de análise pela Corte de origem, estando ausente o prequestionamento da matéria, e a parte recorrente não trouxe esse ponto nos Embargos de Declarações. Incide a Súmula 282/STF.

6. Recurso Especial parcialmente conhecido, somente com relação à preliminar de violação do art. 1.022 do CPC, e, nessa parte, não provido" (REsp 1807776/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN,

SEGUNDA TURMA, julgado em 05/11/2019, DJe 18/11/2019)

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. COBRANÇA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. VALOR. REVISÃO. SÚMULAS 7 E 83 DO STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. A Segunda Seção desta Corte Superior pacificou o entendimento de que o § 8º do art. 85, transmite regra excepcional, de aplicação subsidiária, em que se permite a fixação dos honorários sucumbenciais por equidade, para as hipóteses em que, havendo ou não condenação: (I) o proveito econômico obtido pelo vencedor for inestimável ou irrisório; ou (II) o valor da causa for muito baixo. Precedente: (REsp 1746072/PR, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Rel. p/ Acórdão Ministro RAUL ARAÚJO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/02/2019, DJe 29/03/2019).

2. **O reexame dos critérios fáticos levados em consideração para fixar os honorários advocatícios, em princípio, é inviável em sede de recurso especial, ante o teor da Súmula 7 do STJ.**

3. Agravo interno não provido" (STJ, AgInt no AREsp 1542188/MS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 08/11/2019).

Por fim, assinale-se, também, o não cabimento do Recurso Especial com base no dissídio jurisprudencial, pois as mesmas razões que inviabilizaram o conhecimento do apelo, pela alínea **a**, servem de justificativa quanto à alínea **c** do permissivo constitucional.

Ante o exposto, com fulcro no art. 253, parágrafo único, II, **a**, do RISTJ, **conheço** do Agravo, para **não conhecer** do Recurso Especial.

Em atenção ao disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), majoro os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor já arbitrado, levando-se em consideração o trabalho adicional imposto ao advogado da parte **recorrida**, em virtude da interposição deste recurso, respeitados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015.

I.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES

Relatora